

Artigo Original

De “droga do século XXI” a “abortivo vendido ilegalmente”: a vida midiática do misoprostol no Brasil

 **Mariana Prandini Assis¹**

¹Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás, PPGCPRI UFG, Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: mariana.prandini@ufg.br.

 **Rayani Mariano dos Santos²**

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás, PPGCPRI UFG, Goiânia, GO, Brasil.
E-mail: rayanimariano@ufg.br.

DOI: 10.1590/40032/2025.

Resumo: Desde sua chegada ao Brasil, em meados dos anos 1980, o misoprostol (Cytotec®) experimenta uma vida social complexa. Desenvolvido originalmente para o tratamento de úlceras gástricas, o medicamento passou a ser amplamente utilizado para indução de abortos. Este artigo analisa 203 matérias, publicadas entre 1980 e 2019 nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, que documentam parte dessa trajetória. Constatamos que, apesar do crescente corpo de evidências científicas que atestam sua centralidade na saúde reprodutiva, bem como sua segurança e eficácia, o fármaco foi frequentemente retratado como perigoso e ilegal. O enquadramento midiático reforçou o estigma e a criminalização do misoprostol no Brasil, negando às mulheres e a outras pessoas que gestam o direito de acessar um medicamento essencial e uma tecnologia reprodutiva cuja apropriação e ressignificação foram, em grande parte, protagonizadas por elas.

Palavras-chave: misoprostol; Cytotec; aborto; vida social; mídia.

Recebido em: 31 de março de 2025 | Aprovado em: 12 de agosto de 2025.

Editor Responsável: João Maia.

Editora Associada: Mariana Barreto.

Declaração de disponibilidade de dados: Os dados que fundamentam a pesquisa apresentada neste artigo não estão depositados em repositórios públicos, em razão da ausência de financiamento e de infraestrutura para sua organização. Todavia, poderão ser disponibilizados pelas autoras mediante solicitação direta e justificada.



This is an *Open Access* article distributed under the terms of the *Creative Commons Attribution* license, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

From “21st-century drug” to “illegally sold abortifacient”: The mediatic life of misoprostol in Brazil

Abstract: Since its arrival in Brazil in the mid-1980s, misoprostol (Cytotec®) has had a complex social life. Originally developed for the treatment of gastric ulcers, the drug has become widely used to induce abortions. This paper analyzes 203 articles published between 1980 and 2019 in the newspapers *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, and *O Globo*, which document part of this trajectory. We find that, despite the growing body of scientific evidence attesting to its central role in reproductive health, as well as its safety and efficacy, the drug has often been portrayed as dangerous and illegal. This media framing has reinforced the stigma and criminalization of misoprostol in Brazil, denying women and other pregnant people the right to access an essential medicine and a reproductive technology whose appropriation and redefinition have largely been led by them.

Keywords: misoprostol; Cytotec; abortion; social life; media.

1. Introdução¹

Em setembro de 1986, o laboratório Searle do Brasil S/A fretou um *Boeing* nos Estados Unidos para transportar um estômago de borracha de 20 metros quadrados ao Brasil (Laranjo, 1986a). O inusitado objeto seria a atração do lançamento milionário de um novo medicamento no mercado brasileiro, o misoprostol, mais conhecido por seu nome comercial: Cytotec® (um análogo sintético da prostaglandina E1). Já nos anos 1930, pesquisadores da *Columbia University* haviam iniciado os primeiros estudos sobre as prostaglandinas que, nas décadas seguintes, seriam conhecidas como os “esteroides dos anos 1970”, dado seu amplo e variado potencial terapêutico (Oliveira, 2023). Durante o Congresso Mundial de Gastroenterologia, realizado naquele ano na cidade de São Paulo, participantes podiam caminhar dentro do estômago inflável enquanto assistiam a vídeos sobre a “droga do século XXI”, aquela que prometia solucionar um grave problema de saúde pública: a úlcera gástrica (Laranjo, 1986a).

Dois anos mais tarde, e longe de auferir o lucro esperado com o novo fármaco, a Searle foi convocada publicamente a explicar a relação entre o Cytotec® e o aborto (Kolata, 1988). O medicamento, facilmente adquirido sem receita médica nas farmácias brasileiras, passava a ser utilizado por mulheres como uma solução prática para um outro grave problema de saúde pública que ainda hoje assola o país: o aborto inseguro (De Zordo, 2016). Os primeiros estudos sobre o uso informal do Cytotec® para interrupção da gravidez datam do início dos anos 1990 (Remédio de úlcera é abortivo, 1991; Arilha e Barbosa, 1993; Costa e Vessey, 1993). No entanto, em dezembro de 1988, uma longa matéria do jornal *O Globo* já relatava não apenas o “mau uso” do medicamento como método abortivo, mas também sua utilização por obstetras no sistema formal de saúde para indução de abortos de feto morto ou parto retido (Carvalho, 1988) – uma prática autorizada. Esse segundo uso já estava, inclusive, documentado por pesquisadores brasileiros em artigos pioneiros publicados em 1987 e 1988 (Oliveira, 2023).

Desde sua introdução no mercado brasileiro, o misoprostol vem experimentando uma vida social complexa e tumultuada, sendo tratado, ao mesmo tempo, como medicamento que salva vidas e como substância perigosa (De Zordo, 2016); como uma “revolução na medicina” e um “vilão social” (Oliveira, 2023). Essa dupla vida social – entre o legal e o ilegal, o formal e o informal – é resultado de uma confluência de eventos que acabou por

¹ As autoras agradecem às coordenadoras Michele Goulart Massuchin e Rayza Sarmiento, à debatedora Camilla Quesada Tavares e às demais participantes do ST 20: Mídia e Política do 46º Encontro Anual da ANPOCS, pelos valiosos comentários e sugestões ao primeiro rascunho deste artigo.

colocar o “misoprostol na cadeia” (Guzzo, 2021) e produziu, também, uma nova forma de criminalização do aborto no país (Assis e Erdman, 2021).

Não é apenas no Brasil que o misoprostol adquire diferentes significados, confere sentido e forma a experiências cotidianas e participa de uma miríade de relações sociais. A biografia do medicamento e suas interações com diversos atores (indústria farmacêutica, pesquisadoras, obstetras e ginecologistas, órgãos regulatórios nacionais, organismos internacionais, sistemas de justiça, mulheres, vendedores informais, ativistas feministas e meios de comunicação) vêm sendo documentadas também em outros contextos ao redor do mundo (Drabo, 2019; Solheim et al., 2020; MacDonald, 2020; Walsh, 2020; Atienzo et al., 2023; Belfrage, 2023). Essa produção biográfica, que nos revela diferentes aspectos da vida social do misoprostol, integra uma vasta literatura que concebe os medicamentos como “fenômenos sociais”. Ou seja, uma abordagem que ultrapassa suas estruturas químicas, efeitos fisiológicos e usos clínicos para investigar seu lugar na sociedade, suas interações com outros agentes, seus complexos ciclos de vida e os múltiplos sentidos sociais que assumem (Van der Geest, Whyte e Hardon, 1996). Neste artigo, buscamos contribuir para esse campo de estudos, analisando a vida social do misoprostol na grande mídia brasileira.

Um estudo anterior, centrado no embate científico e jurídico em torno do medicamento entre 1986 e 1998, destacou o papel central da mídia “na disseminação do discurso contrário à disponibilidade do medicamento nas farmácias” (Oliveira, 2023, p. 20). Embora aquele trabalho examine, nos anos 1980 e 1990, a cobertura dos mesmos veículos aqui analisados, nosso objetivo é distinto e nosso escopo temporal é mais amplo. Analisamos a vida social do misoprostol no Brasil ao longo de quatro décadas (1980 a 2019), a partir de notícias e reportagens publicadas nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Examinamos os diferentes papéis, usos e significados atribuídos ao medicamento, os principais agentes que interagem com ele, as formas de informação e desinformação que o cercam e o impacto do estigma e da criminalização do aborto sobre seu lugar e papel social. Nesse sentido, reiteramos, como Thayane Lopes Oliveira (2023), o protagonismo dos meios de comunicação na trama de eventos que culminou na draconiana restrição ao acesso do fármaco no país. Além disso, sublinhamos sua responsabilidade social em assegurar uma cobertura ancorada em evidências e comprometida com a construção de um futuro de liberdade para esse medicamento essencial.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na próxima, descrevemos os materiais e métodos utilizados. Em seguida, apresentamos uma breve revisão da literatura que documenta a vida social do misoprostol no Brasil e em outros contextos. Na terceira seção, apresentamos os resultados de nossa análise, organizados pelas décadas de vida do medicamento (anos 1980, 1990, 2000 e 2010). Concluímos com uma reflexão sobre o papel presente e futuro da mídia brasileira na libertação do misoprostol.

2. Materiais e métodos

Para analisar a cobertura da vida social do misoprostol pela grande mídia brasileira, selecionamos três jornais: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. A escolha se justifica por serem veículos consolidados há décadas, com a maior circulação nacional total e pertencentes a grupos que controlam agências de notícias responsáveis por produzir e vender conteúdo para jornais e portais de notícias de todo o país. Esses grupos exercem forte capacidade de pautar o debate público sobre temas variados, inclusive a forma como o misoprostol e as diferentes relações sociais que o envolvem são discutidas e retratadas.

Em 2022, realizamos buscas nos sítios eletrônicos dos três jornais selecionados, que disponibilizam arquivos digitais dos períodos de suas edições impressas, utilizando as palavras-chave “misoprostol” e “Cytotec”, sem delimitação de período ou de seção (notícias, editoriais, colunas etc.). Na Folha de São Paulo, encontramos 80 resultados com o

termo “misoprostol” e 126 com o termo “Cytotec”. O resultado mais antigo data de 16 de junho de 1994, enquanto o mais recente é de 1º de julho de 2022. No jornal O Estado de São Paulo, localizamos 83 textos com a palavra “Cytotec” e 42 com “misoprostol”. O mais antigo é de 6 de setembro de 1986 e o mais recente de 6 de maio de 2022. Já no jornal O Globo, a busca por “Cytotec” retornou 67 resultados, enquanto a busca por “misoprostol” trouxe 22. O período entre a publicação mais antiga e a mais recente foi entre os dias 11 de setembro de 1986 e 23 de dezembro de 2021.

Após baixar todos os documentos, realizamos uma seleção, excluindo colunas de opinião, análises de especialistas, notícias e reportagens repetidas (que apareceram mais de uma vez nos resultados ou constavam sob duas palavras-chave), colunas de orientação médica, cartas de leitores, listas de preço e matérias publicadas a partir de 2020. Os textos opinativos foram excluídos porque compreendemos que as notícias e reportagens, cujas características centrais estão associadas à busca por neutralidade e imparcialidade, são mais representativas da maneira como o misoprostol foi retratado na mídia. Já os textos opinativos, sejam de especialistas, comentaristas ou leitoras, embora também relevantes, expressam posicionamentos pessoais ou técnicos que não necessariamente correspondem às posições editoriais dos jornais. As publicações posteriores a 2020 também foram excluídas, uma vez que este artigo se propõe a examinar quatro décadas de cobertura jornalística do misoprostol no Brasil, o que permite comparar os diferentes enquadramentos adotados em cada uma delas e as transformações ocorridas ao longo do período. Incluímos também reportagens produzidas por veículos internacionais, traduzidas e publicadas por esses jornais. Após a seleção, foram lidas e analisadas 105 publicações da Folha de São Paulo, 58 de O Estado de São Paulo e 40 de O Globo, totalizando um *corpus* de 203 textos jornalísticos (notícias ou reportagens). Sintetizamos essas informações no Quadro 1.

QUADRO 1. Número de notícias analisadas com as palavras-chave “Cytotec” e/ou “misoprostol” por jornal e década

Jornal	Folha de São Paulo	O Estado de São Paulo	O Globo	Total por década
Década				
1980-1989	0	6	3	9
1990-1999	25	12	16	53
2000-2009	45	22	10	77
2010-2019	35	18	11	64
Total por jornal	105	58	40	203

Fonte: elaboração própria (2024).

Os 203 documentos selecionados foram lidos em sua integralidade e organizados em ordem cronológica através de um instrumento de registro de dados que incluía: título, veículo, palavra-chave, data de publicação, autoria e informações sobre o objeto da notícia. Realizamos uma análise textual manual em duas fases. Na primeira, nos familiarizamos com cada texto, identificando suas principais ideias, temas recorrentes e o uso de linguagem relevante. Na segunda fase, examinamos os quatro subconjuntos correspondentes às décadas da cobertura jornalística, com o objetivo de identificar e categorizar as principais questões emergentes relativas aos papéis e usos atribuídos ao misoprostol, aos agentes que com ele interagem, às formas de informação e desinformação que o cercam, bem como sua relação com o aborto. Adotamos, assim, uma abordagem interpretativa em que as categorias analíticas foram construídas a partir da recorrência temática e dos enquadramentos presentes nos textos analisados. Antes de apresentar os resultados de nossa análise, dedicamo-nos, na seção seguinte, à revisão da literatura que documenta as múltiplas biografias do misoprostol, a fim de situar nossa contribuição nesse campo de estudos.

3. O misoprostol e suas múltiplas e complexas vidas sociais

Desde seu lançamento mundial pela farmacêutica *Searle & Company*, em 1973, o misoprostol tem vivido múltiplas e complexas vidas sociais, circulando entre laboratórios, indústrias farmacêuticas, regimes regulatórios, contextos clínicos e clandestinos, redes ativistas e a sociedade em geral. Diversos atores - desenvolvedores, pesquisadoras, profissionais da saúde, traficantes, organizações internacionais, instituições religiosas e pessoas que gestam - interagem com o medicamento, moldando e transformando seus sentidos e usos sociais. O fármaco redefiniu conceitos-chave no campo da reprodução humana, subverteu entendimentos sobre contracepção e aborto, revolucionou o cuidado à saúde materna, influenciou legislações e participou de eventos sociopolíticos e econômicos centrais para a política reprodutiva local e global. Algumas dessas trajetórias já estão amplamente documentadas na literatura.

No campo da saúde global, organizações não-governamentais trabalharam continuamente para dissociar o misoprostol de sua história como droga abortiva e ilegal, demonstrando sua legitimidade como medicamento que salva vidas, sobretudo no campo da saúde materna (MacDonald, 2020). Afastando-se de seu uso *off-label* como abortivo, esses atores desenvolveram protocolos baseados em evidências que garantem sua eficácia, segurança e vantagens práticas no tratamento de problemas críticos, como a hemorragia pós-parto. Essas iniciativas contribuíram para o reconhecimento do misoprostol como medicamento essencial por formuladores de políticas de alto nível, incluindo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO) e ministérios da saúde nacionais. No entanto, ao construírem a legitimidade do misoprostol às custas do apagamento de sua trajetória abortiva, essas estratégias arriscaram reforçar o estigma que recai sobre seu uso para outros fins reprodutivos, marginalizando justamente as experiências e saberes que historicamente contribuíram para sua ressignificação como tecnologia de cuidado.

Em comunidades da classe trabalhadora peruana, o misoprostol é parte de uma grande família de produtos farmacêuticos que inclui contraceptivos orais combinados e pílulas anticoncepcionais de emergência. Nos bairros pobres de Lima, as mulheres não o veem como um abortivo, mas como algo que impede a gravidez (Irons, 2020). Entendimento semelhante foi documentado entre mulheres da classe trabalhadora no nordeste brasileiro nos anos 1990, que o utilizavam para “regular a menstruação”, isto é, “reequilibrar o corpo, liberar o sangue ‘coalhado’ e iniciar o fluxo menstrual sem o julgamento moral associado ao aborto” (Nations et al., 1997, p. 1842). Visto como uma medida preventiva contra o risco de gravidez, o misoprostol transformava também o significado de aborto. Em Burkina Faso, ele também permitiu que as mulheres passassem a compreender o aborto como “espontâneo” ou apenas como uma regulação menstrual, ao contrário de procedimentos cirúrgicos invasivos, sempre vividos como aborto induzido (Drabo, 2019).

Um reaproveitamento semelhante do medicamento ocorre na Tanzânia (Solheim et al., 2020). Registrado para tratar hemorragia pós-parto, o misoprostol é amplamente associado ao aborto, pois as mulheres conhecem seu uso, sua eficácia e as formas de obtê-lo. Para muitas que interrompem uma gravidez indesejada fora do sistema formal, o método é preferido por garantir privacidade e ser menos assustador, semelhante a “começar uma menstruação” (Solheim et al., 2020, p. 5). Esses exemplos evidenciam como o misoprostol adquire vida própria, distinta daquela pretendida por seus fabricantes ou reguladores. O medicamento também produz novas redes e relações sociais que facilitam seu acesso, orientam seu uso e oferecem proteção contra riscos jurídicos (Belfrage 2023).

Analisando a vida do misoprostol (e seu acompanhante mifepristona) nas redes de acompanhamento feminista a abortos no México, Madeleine Belfrage observa como ativistas veneram o medicamento, “conferindo-lhe poderes agênticos” (Belfrage, 2023, p. 11) e tratando-o como revolucionário. No entanto, cientes das críticas à pharmaceuticalização da vida e seu vínculo com a racionalidade neoliberal, as acompanhantes também refletem

sobre o poder que o uso das pílulas acaba atribuindo às empresas farmacêuticas. Belfrage explora a vida política e econômica do misoprostol e suas interações com diversos atores na longa cadeia de distribuição. Ela o caracteriza como um “metamorfo”, registrado para tratar úlcera gástrica, mas capaz de contornar “bloqueios morais e regulatórios [...] e ser facilmente reterritorializado em novos contextos, com práticas e protocolos feministas para o aborto autoinduzido” (Belfrage, 2023, p. 19).

O misoprostol também esteve presente em eventos políticos relevantes. Tendo se tornado uma figura importante na vida reprodutiva das mulheres irlandesas – ao cruzar as fronteiras nacionais, contornar o controle alfandegário e permitir-lhes algum nível de controle sobre sua reprodução –, o medicamento ocupou um papel decisivo nas discussões legislativas sobre legalização do aborto ocorridas no país entre 2016 e 2017. O misoprostol desmascarou a retórica de “um país livre de aborto”, ao evidenciar que a prática já fazia parte da realidade reprodutiva das mulheres, mesmo sob proibição, e que o Estado não podia mais sustentar sua negação (Calkin, 2020).

No Brasil, Silvia de Zordo (2016) foi pioneira ao documentar a vida dupla do misoprostol: nos hospitais, onde sua circulação e uso são autorizados, ele é um medicamento revolucionário que salva vidas; no mercado informal, acessado por mulheres de baixa renda para abortos autogestionados e clandestinos, é tratado como droga perigosa e ilegal e seu uso é estigmatizado como irresponsável. Já Magaly Pazello (2010) descreveu a vida social do misoprostol na internet como um reflexo das tensões entre sua eficácia comprovada para a saúde reprodutiva e a legislação brasileira restritiva e moralmente carregada. Nesse contexto, o ambiente virtual se torna tanto um meio para o acesso clandestino ao medicamento, quanto um campo de batalha ideológico, onde atuam fornecedores informais, grupos antiaborto e comunidades criadas por mulheres para disseminar informações seguras. Mais recentemente, a análise de sua vida social nos tribunais brasileiros revelou uma nova forma de criminalização do aborto, por meio da restrição do medicamento como “substância controlada” (Assis e Erdman, 2021). Para o judiciário brasileiro, o misoprostol, quando encontrado no mercado clandestino, figura como um “fora-da-lei” que ameaça a saúde das mulheres e justifica a rigorosa punição dos atores sociais envolvidos em seu acesso informal, considerado um crime contra a saúde pública (Assis e Erdman, 2021).

Neste artigo, dialogamos com essa extensa literatura e as múltiplas facetas da vida social do misoprostol para acrescentar um novo capítulo à sua biografia. Como ensinam Sjaak Van der Geest, Susan Whyte e Anita Hardon (1996), na circulação por diferentes espaços e na interação com múltiplos sujeitos, os medicamentos transgridem convenções sociais, revelam estruturas políticas e econômicas e promovem grandes transformações, como ilustram as quatro décadas de reportagens e notícias do jornalismo brasileiro discutidas a seguir.

4. O misoprostol na grande mídia brasileira: quatro décadas de uma vida tumultuada e controversa

4.1. Anos 1980

A primeira aparição do misoprostol na mídia brasileira ocorreu em 1986, ano em que o fármaco foi registrado no país pela Searle do Brasil S/A, sob o nome comercial “Cytotec”®. No contexto do Congresso Mundial de Gastroenterologia, o medicamento apareceu em cinco reportagens do jornal O Estado de São Paulo que cobriram o evento, sendo apresentado como a terapêutica mais avançada no tratamento de doenças ulcerosas e como um potencial divisor de águas para a medicina (Prêmios Nobel no Congresso

Mundial de Gastro, 1986; Congresso de gastro: as inscrições, 1986; Rondinelli, 1986; Laranjo 1986a; Laranjo, 1986b). O lançamento do medicamento, promovido pela Searle durante o congresso, também recebeu atenção midiática. O laboratório investiu nada menos que U\$5 milhões de dólares em sua campanha publicitária, incluindo a exibição, trazida dos Estados Unidos (EUA), de um estômago inflável de 20 metros quadrados (Laranjo, 1986a.).

Durante a primeira fase da vida midiática do misoprostol, ele foi apresentado como uma grande descoberta científica, cujo desenvolvimento levava mais de 50 anos, que prometia revolucionar o cuidado gástrico, especialmente no tratamento de úlceras, um problema de saúde que afetava pelo menos um em cada dez pacientes no mundo (Laranjo, 1986a). Embora recente, o medicamento já era creditado com taxas de cura entre 79% e 95% entre pacientes que o haviam experimentado em 19 países (Laranjo, 1986b).

Dois anos mais tarde, em 1988, o Cytotec® foi aprovado pelo órgão regulatório estadunidense, a Federal Drug Administration (FDA), e voltou a chamar a atenção dos jornais brasileiros O Globo e O Estado de São Paulo. Já à época, os “efeitos abortivos” do medicamento despertavam interesse, tendo sido denunciados à FDA pelo grupo antiaborto chamado *National Commission for the Right to Life* (Comissão Nacional pelo Direito à Vida) (Kolata, 1988). Em resposta, a FDA passou a exigir que a embalagem do Cytotec® incluísse um alerta sobre os riscos de aborto em pessoas grávidas (Stevens, 1988). A porta-voz da farmacêutica Searle, Kay Bruno, procurou esclarecer a controvérsia, afirmando que “a Cytotec não é programada para emprego em casos de controle de natalidade, contracepção ou abortos” (Kolata, 1988). No entanto, a própria farmacêutica havia conduzido testes sobre os efeitos do medicamento durante a gravidez na Alemanha, onde foi administrado a um grupo de mulheres que desejava interromper a gestação no primeiro trimestre. O estudo demonstrou que a droga de fato causava expulsão uterina e sangramento. Nos discursos dos grupos antiaborto reproduzidos pela imprensa brasileira, o misoprostol passou a ser descrito como a “droga da morte” e a “pílula de aborto disfarçada” (Kolata, 1988; EUA aprovam droga antiúlcera, 1988).

Assim, de “droga do século XXI” e grande revolução no cuidado gástrico, o medicamento rapidamente passou a ser tratado como um vilão. Uma longa matéria do jornal O Globo, publicada em dezembro de 1988, relatou seu “mau uso” como abortivo por mulheres brasileiras, mas também sua utilização autorizada por obstetras do sistema público de saúde para a indução de aborto em casos de feto morto ou parto retido (Carvalho, 1988). Ou seja, apenas dois anos após seu lançamento no mercado brasileiro, o misoprostol já era retratado como um metamorfo (Belfrage, 2023): fármaco salvador *versus* droga ilícita. E não por acaso, a disputa regulatória em torno do medicamento, com a convocação pública dos órgãos sanitários pelos meios de comunicação, teve início nesse momento. Na matéria de dezembro de 1988, O Globo anunciou a inclusão do Cytotec®, pela Divisão Nacional de Medicamentos do Ministério da Saúde, na lista de medicamentos sujeitos a receita médica especial. Conferir ao fármaco o mesmo tratamento dado aos psicotrópicos visava coibir o seu “mau uso” como abortivo (Carvalho, 1988).

4.2. Anos 1990

Dada sua épica e controversa introdução no mercado brasileiro nos anos 1980, não surpreende que o misoprostol tenha figurado com frequência nas páginas dos grandes jornais brasileiros em todos os anos da década de 1990. Grande parte das publicações nesse período dedicou-se a descrever e discutir o “mau uso” ou “o uso indiscriminado” do Cytotec® para a realização de abortos clandestinos, bem como a facilidade de aquisição do medicamento em farmácias, sem a exigência de receita médica. Por exemplo, uma matéria do Estadão, publicada em julho de 1990, descreveu o crescimento do consumo

do Cytotec® como abortivo entre as mulheres brasileiras, chegando a detalhar a posologia comumente utilizada: “pode ser aplicado por via oral - um ou dois comprimidos de 20mg a cada seis horas - ou colocado diretamente na vagina [...], algumas mulheres abortam no primeiro comprimido. Outras, precisam de vários” (Kritsch, 1990). Para demonstrar a facilidade de acesso ao medicamento, a repórter responsável pela matéria o comprou sem receita em uma farmácia de São Paulo, mas concluiu sua reportagem questionando a legalidade de seu uso para fins abortivos: “o aborto só é permitido pela Constituição em casos de violência sexual ou quando a mãe corre risco de vida” (Kritsch, 1990).

O “uso indiscriminado” e “ilegal” do misoprostol para indução de abortos, amplamente reportado pela mídia brasileira ao longo da década, mobilizou uma série de atores sociais que passaram a exigir uma regulação mais rígida. Uma matéria de O Globo, em maio de 1991, apontou a articulação do Conselho Regional de Medicina (CREMER), do Conselho Regional de Farmácia (CRF), da Rede de Defesa da Espécie Humana, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e de outros órgãos da área da saúde para retirar o Cytotec do mercado nacional. O laboratório produtor do medicamento, por sua vez, propunha uma medida menos drástica: sua inclusão na Portaria 27 do Ministério da Saúde, que exigia retenção da receita para a venda (Remédio contra úlcera usado para aborto, 1991b). Poucos meses depois, o Ministério da Saúde atendeu à solicitação, tornando o misoprostol um medicamento de fabricação controlada e de venda sujeita à retenção de receita, embora ainda acessível ao público em geral (Cytotec terá venda vigiada nas farmácias, 1991). Essa medida regulatória, segundo o gerente do laboratório Bio-lab, ouvido em matéria da Folha de São Paulo em 1994, levou a uma queda nas vendas: de 80 mil para apenas 5 mil caixas por mês (Bouer, 1994a).

Diante da limitada resposta do Ministério da Saúde aos pedidos de maior controle e da insuficiência das medidas adotadas até então, as reportagens passaram a relatar a entrada de novos agentes na trama regulatória do fármaco. Em São Paulo, por exemplo, o Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde restringiu a venda do Cytotec a farmácias previamente cadastradas, mediante apresentação de receita especial (Secretaria restringe venda de Cytotec, 1992). Mais tarde, veio a proibir totalmente sua comercialização no estado (Galvão, 1998), como já havia feito a Secretaria da Saúde do Rio de Janeiro (Abortivo continua à venda nas farmácias: nem proibição tira o Cytotec das prateleiras, 1991a - Figura 1). No Distrito Federal, o Sindicato dos Farmacêuticos denunciava a comercialização do medicamento com fins abortivos em larga escala no “câmbio negro” (Cytotec pode ser retirado do mercado, 1992). A vida ilegal do misoprostol como abortivo, seu amplo uso pelas mulheres brasileiras - algumas matérias chegavam a afirmar sua utilização em 60% a 80% dos abortos induzidos (Abortivo continua à venda nas farmácias: nem proibição tira o Cytotec das prateleiras, 1991a) - e os impasses regulatórios que suscitava foram objeto de atenção recorrente da mídia brasileira ao longo da década de 1990.

É interessante observar que, nesse período, os jornais descreveram em detalhe o uso, a posologia, os contextos de aquisição e a íntima relação entre as brasileiras e o Cytotec®, seu método abortivo de preferência. Em uma matéria de outubro de 1997, por exemplo, a Folha narrou a saga de R., grávida em razão de estupro cometido pelo cunhado, que tomou dois comprimidos e inseriu um terceiro no colo do útero para provocar o aborto. Na entrevista, após curetagem realizada no SUS, R. relatou sua história. Os comprimidos foram adquiridos pela mãe e as dores foram tão fortes durante o processo que R. cogitou desistir: “talvez ter o filho seja melhor do que tomar o Cytotec para abortar” (Cipola, 1997). Contudo, apesar da ampla cobertura midiática, foram raras as tentativas jornalísticas de documentar, com seriedade, a segurança e a eficácia do medicamento, ou de discutir como ele transformou o aborto clandestino em um procedimento significativamente mais seguro, tanto do ponto de vista biomédico quanto legal (Singh e Maddow-Zimet, 2016).

Figura 1 - Matéria publicada no jornal O Globo

Abortivo continua à venda nas farmácias

Nem proibição tira o Cytotec das prateleiras

O remédio Cytotec, receitado para o tratamento de úlceras, mas de ação abortiva, continuava sendo vendido livremente ontem de manhã na maioria das farmácias e drogarias da Cidade, apesar de a venda de medicamentos à base de Misoprostol ter sido proibida pelo Secretário de Saúde, Pedro Valente. A resolução 662, datada do último dia 12, foi publicada ontem do Diário Oficial.

Uma repórter do GLOBO comprou o Cytotec, sem qualquer dificuldade, na Drograria Cruzeiro, em Copacabana. A tarja vermelha na embalagem indicava a obrigatoriedade da venda sob prescrição médica, mas a apresentação de receita não foi exigida. Na Drograria Popular do Leblon, os empregados desconheciam a proibição da venda e confirmaram que o Cytotec é muito procurado por mulheres que desejam abortar.

— Ninguém compra o Cytotec para curar úlcera. Todo mundo conhece como abortivo — comentou um vendedor.

O Misoprostol, principal substância ativa do Cytotec, tem ação análoga à prostraglandina, hormônio produzido pelo útero. O excesso desse hormônio, responsável pelas contrações do útero, provoca as cólicas menstruais.

No Rio, o Cytotec vem sendo

o responsável por 60 por cento dos atendimentos, nos hospitais públicos, de mulheres com complicações provocadas por abortos mal sucedidos, revelou ontem o Presidente da Sociedade Brasileira de Ginecologia, Hildeberto Carneiro de Oliveira. Ele defendeu, contudo, o uso do medicamento em hospitais.

— O Cytotec pode reduzir de 48 para seis horas o trabalho de expulsão de um feto morto — explicou.

Agora as farmácias terão que devolver os estoques de Cytotec ao Laboratório Biolab-Searle, responsável pela sua fabricação no Brasil desde 1986. A partir de hoje, fiscais da Coordenadoria de Fiscalização Sanitária do Estado percorrerão farmácias em todo o Estado para garantir o cumprimento da resolução. As que violarem a proibição estarão sujeitas a multas e até à cassação do alvará de funcionamento.



Foto de Paulo Moreira

O Cytotec ajuda no combate à úlcera, mas também provoca abortos

Fonte: Jornal O Globo, 16 de julho (Abortivo continua à venda nas farmácias: nem proibição tira o Cytotec das prateleiras (1991a)).

Uma exceção foi a entrevista publicada pela Folha, em junho de 1994, com o médico e pesquisador Aníbal Faúndes, pioneiro nos estudos do uso do medicamento no Brasil. Nela, Faúndes relatou que, no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) - Hospital da Mulher -, da Universidade de Campinas, ensinava-se às mulheres o uso vaginal do Cytotec®, método considerado muito mais seguro, embora com risco, ainda que raro, de hemorragia (Camargo, 1994). Outra exceção foi uma matéria do mesmo jornal, de dezembro de 1996, que ouviu uma fonte médica segundo a qual o Cytotec® era um dos medicamentos capazes de garantir um aborto seguro em qualquer idade gestacional, promovendo contrações e expulsão do feto, com 95% de sucesso (Biancarelli, 1996). Finalmente, em novembro de 1999, a Folha reportou uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), que identificava o Cytotec® como o principal método abortivo na cidade de São Paulo e apontava que seu uso havia reduzido os índices de infecção e complicações associadas aos abortos clandestinos. Segundo o ginecologista responsável pelo estudo, o medicamento havia transformado as práticas do aborto clandestino. "Antes desse remédio,

as mulheres usavam chás naturais, soda cáustica, cabides e agulhas de tricô, o que resultava em infecções graves” (Scheinberg, 1999).

Uma outra controvérsia também estampou as páginas dos três principais jornais brasileiros nos anos 1990: a suposta associação entre o uso do misoprostol durante a gravidez e malformações congênitas. A primeira matéria sobre o assunto, de abril de 1991, teve como foco uma figura central das campanhas contra o medicamento: a professora Helena Coelho, coordenadora do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Helena foi responsável pelos primeiros (e altamente controversos) estudos que associaram o uso de Cytotec® para abortos malsucedidos a “falhas no crânio [cujo] resultado pode ser morte por meningite” (Abortivo continua à venda nas farmácias: nem proibição tira o Cytotec das prateleiras, 1991a). Matérias semelhantes, que relacionavam o misoprostol a malformações fetais e à Síndrome de Moebius, continuaram a ocupar as páginas dos jornais brasileiros ao longo da década (Bouer, 1994b; Abortivo pode provocar malformação em crianças..., 1998; Junqueira, 1998). Mais uma vez, a cobertura jornalística tratou uma questão de alta relevância ética e social de forma superficial. A hipótese científica sobre possíveis efeitos teratogênicos do misoprostol foi reportada como se fosse verdade médica consolidada, contribuindo para a disseminação de medo e culpa entre as mulheres que faziam uso do fármaco. No entanto, como esclarece o Ministério da Saúde (2019), tratava-se de hipótese clínica em investigação, e não de diagnóstico médico consolidado.

Por outro lado, a demanda por maior controle do medicamento, amplificada e legitimada pela mídia brasileira, foi bem-sucedida. Em 1998, o misoprostol foi incluído na Portaria 344 pela Secretaria de Vigilância Sanitária, passando a ser classificado como uma substância sujeita a controle especial. Essa mudança instituiu um regime regulatório criminalizante que permanece em vigor até hoje (Assis e Erdman, 2021; Guzzo, 2021). A restrição do acesso ao medicamento no mercado formal, contudo, não eliminou a demanda por ele. Assim como ocorre com outras substâncias tornadas ilegais, criou-se um vasto e subterrâneo mercado informal, sustentado por farmacêuticos, ambulantes e traficantes, que continua ativo no país (Diniz e Castro, 2011; Duarte, Moraes e Andrade, 2018).

Esse mercado - seus atores, circuitos e a repressão policial que o cerca - se tornou o foco principal da cobertura jornalística nos últimos anos da década. Matérias relataram fechamento de farmácia no Guarujá em julho de 1998 (Barros, 1998), a prisão de proprietários de drogarias em São Paulo (Oliveira, 1998), o desmantelamento de quadrilhas de falsificadores na capital paulista e a interdição de distribuidora de reagentes no Rio de Janeiro (Quadrilha de falsificadores de remédios é descoberta em São Paulo: no Rio, distribuidora de reagentes é lacrada por fiscais da vigilância sanitária, 1998), bem como a atuação de ambulantes flagrados vendendo Cytotec em um camelódromo no centro de Campinas (Ambulante vende clandestino no centro: ..., 1998). Todos esses agentes e espaços passaram a compor o imaginário de ilicitude em torno da “droga do século XXI”, agora transformada, nas páginas dos jornais brasileiros, em perigoso fármaco abortivo.

4.3. Anos 2000

No início da década de 2000, eventos relacionados ao aborto nos Estados Unidos impactaram a forma como o misoprostol passou a ser abordado na imprensa brasileira. A FDA aprovou a mifepristona, originalmente conhecida pelo código RU-486, e chamada nos jornais brasileiros de “pílula do aborto”. Sintetizada na França, em 1980, e testada como abortivo pelo bioquímico e endocrinologista Étienne-Émile Baulieu, em 1982, a droga inibe a ação da progesterona e é utilizada em combinação com o misoprostol para a realização de abortos seguros (Belluck, 2023). Muitas reportagens desse período mencionavam o misoprostol de forma marginal, como um medicamento que complementava

a mifepristona, provocando contrações para a expulsão do conteúdo uterino (à época, se referiam a esse processo como “expulsão do embrião”).

Duas questões merecem destaque nesse período. A primeira diz respeito a uma confusão registrada em uma matéria da Folha de São Paulo (Pílula do aborto pode ser usada em até sete semanas de gravidez, 2000), que informava ser a Mifeprex® “mais conhecida como pílula do dia seguinte”. No entanto, no Brasil, a pílula do dia seguinte é um medicamento diferente da mifepristona – essa segue sem registro no país até os dias atuais. Uma matéria do jornal O Estado de São Paulo, intitulada “Mais segura e menos invasiva” (Formenti, 2000), esclareceu o equívoco ao explicar que a pílula do dia seguinte, liberada no Brasil, atua por meio de uma superdosagem de progesterona, impedindo a fixação do óvulo fecundado no endométrio; já a RU-486 bloqueia “a produção de progesterona pelo organismo” (Formenti, 2000), inviabilizando a sobrevivência do óvulo fecundado. Uma das fontes ouvidas na matéria afirmou ser a RU-486 mais segura do que outros métodos abortivos tradicionais. Esta constatação nos leva à segunda questão relevante: o contraste no tratamento jornalístico do aborto com medicamentos. Enquanto as reportagens sobre o uso combinado de mifepristona e misoprostol nos EUA confirmavam a segurança e alta eficácia do procedimento, atestada pela FDA, por pesquisas e fontes técnicas, as matérias que tratavam apenas do misoprostol reforçavam o enquadramento criminalizante. Omitindo as evidências científicas, elas davam ênfase à apreensão de remédios falsificados, à prisão de pessoas acusadas de contrabando e aos riscos do uso doméstico do medicamento.

Ainda assim, nesse período, a Folha de São Paulo rompeu parcialmente com esse padrão, pautando o assunto para além dos temas relativos a apreensões. Em 2004, o jornal publicou uma entrevista com um médico sobre as dificuldades na realização do aborto legal. Segundo a fonte, antes das restrições impostas pelo Ministério da Saúde, o aborto até a 20ª semana era realizado com Cytotec®; diante da escassez do medicamento, passaram-se a adotar métodos como curetagem e aspiração uterina (Biancarelli, 2004). Em outra matéria, dessa vez sobre os custos das complicações decorrentes do aborto inseguro, uma fonte médica afirmava que o Cytotec® era responsável pela redução das complicações decorrentes do aborto inseguro, mesmo sendo um medicamento de venda proibida no Brasil (Collucci, 2005b). Em 2002, uma das poucas reportagens a discutir a criminalização do aborto e as desigualdades de classe e raça no acesso a procedimentos seguros, destacou que a maioria dos abortos com Cytotec® terminava em curetagem hospitalar, sendo as mulheres negras e pobres as mais maltratadas e humilhadas nos serviços de saúde (Biancarelli, 2002).

Em maio de 2005, a Folha publicou uma reportagem sobre a compra e o uso do Cytotec® falsificado (Collucci, 2005a). Uma das fontes era uma estudante que teria comprado o medicamento falsificado e sofrido uma infecção grave; outra, uma mulher que teria usado vários comprimidos sem sucesso, e optado por manter a gestação. O texto afirmava que o Cytotec® era “o recurso abortivo mais popular do Brasil”, mas que seus comprimidos falsificados podiam provocar “infecções, queimaduras e até rupturas uterinas” e, em casos extremos, “perda do útero e risco de morte” (Collucci, 2005a). Um médico ouvido atribuía o aumento das complicações ao uso de dosagens maiores do que a recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão do acesso irregular ao medicamento contrabandeado, que aumentou após sua restrição.

Na segunda metade da década, as reportagens passaram a tratar de diferentes aspectos da vida social do misoprostol. Foram publicadas matérias sobre apreensões de medicamentos ilegais, vendas pela internet e comércio informal por camelôs. Em 2006, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) proibiu qualquer publicidade dos “medicamentos a base de Misoprostol divulgados com denominações como Cytotec, Citotec e Prostokos” (Brasil, 2006).² Os três jornais analisados noticiaram a medida

² O Prostokos®, da farmacêutica Hebron, é a versão comercial produzida e autorizada à venda no Brasil.

regulatória, informando que diversas páginas da internet que anunciavam os produtos haviam sido identificadas e retiradas do ar.

Em uma das matérias da Folha de São Paulo, o Cytotec® era descrito como um medicamento indicado para úlcera, usado irregularmente como abortivo e de venda proibida, sendo acessível apenas a hospitais credenciados (Operação tira do ar sites que anunciavam venda de remédio abortivo, 2006). Nessa reportagem, a ANVISA foi ouvida como fonte e alertou que o uso abortivo do medicamento poderia causar graves consequências à gestante, incluindo a morte, além de “sequelas graves” nas “crianças sobreviventes” à tentativa de aborto. No mesmo dia, O Estado de São Paulo publicou uma matéria com conteúdo idêntico (Mau uso de medicamento faz Anvisa tirar ofertas do ar, 2006). Entre março e abril de 2006, os três jornais reforçaram o enquadramento do Cytotec® como um medicamento perigoso, especialmente durante a gravidez. Poucos meses depois, contudo, em setembro do mesmo ano, a Folha publicou uma reportagem relatando que o número de abortos ilegais havia caído 28% em 13 anos. Segundo a fonte ouvida, as “complicações têm diminuído graças ao uso do Cytotec®, abortivo vendido ilegalmente” (Gois, 2006).

Durante a década, algumas reportagens passaram a focalizar o papel da internet no acesso ao misoprostol por mulheres brasileiras. Uma matéria publicada simultaneamente pela Folha de São Paulo e pelo Estadão (Dreaper, 2008), originalmente produzida pela BBC, informava que Cytotec® e Mifeprex® eram enviados por correio por um site internacional, mas que, em alguns casos, o aborto não se completava e resultava em hemorragia, sendo necessário procedimento cirúrgico. A matéria, no entanto, incluía o contraponto das organizadoras do site, segundo as quais as drogas “provocam a expulsão espontânea da gravidez” e reduzem os riscos associados ao aborto inseguro.

Em 2008, a Folha de São Paulo publicou uma matéria, com base em pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entrevistando a antropóloga Débora Diniz. A pesquisa apontava que a maioria das brasileiras que abortavam eram católicas (Maioria das brasileiras que abortam são católicas..., 2008). Outro dado relevante era que, entre 1997 e 2007, 84% das mulheres que fizeram aborto no Brasil utilizaram Cytotec®. Ao contrário da maioria das matérias da década, que retratavam o misoprostol como um medicamento usado ilegalmente como abortivo e causador de complicações, essa reportagem fornecia informações importantes e mais equilibradas, destacando que o Cytotec® era significativamente mais seguro do que outros métodos clandestinos. No Estadão, uma notícia de 2008 abordava a venda do medicamento no Paraguai, destacando o relato de uma médica do Hospital Regional de Ponta Porã, segundo a qual haveria uma espécie de “turismo abortivo” na fronteira. Mulheres de várias cidades brasileiras chegavam ao hospital buscando atendimento após o uso do comprimido, muitas vezes com complicações graves (Oliveira, 2008).

Ao longo dos anos 2000, o misoprostol foi predominantemente enquadrado pelos três grandes jornais brasileiros como um medicamento perigoso, indicado para o tratamento de úlceras, mas amplamente usado de forma ilegal como abortivo. A Folha de São Paulo, contudo, publicou algumas matérias mais completas e fundamentadas em evidências, fornecendo informações relevantes sobre o medicamento e ouvindo especialistas e fontes médicas que apontavam para a redução do número de complicações associadas ao aborto em razão de seu uso.

4.4. Anos 2010

Na primeira metade da década de 2010, o Cytotec®/misoprostol apareceu nas notícias analisadas especialmente a partir de duas pautas: a apreensão de medicamentos

contrabandeados ou ilegais e o assassinato de Eliza Samudio.³ Em ambas, o medicamento foi retratado de forma semelhante: como abortivo ilegal que provoca fortes contrações, indicado originalmente para o tratamento de problemas gástricos e cuja venda é restrita pelo Ministério da Saúde. Nesses dois episódios, o medicamento ocupou papel marginal nas reportagens.

Também nesse período inicial da década, observamos algumas matérias com maior aprofundamento, focadas diretamente na questão do aborto. Em junho de 2012, a Folha de São Paulo noticiou que o governo federal havia iniciado um estudo sobre uma política de redução de danos do aborto ilegal (Governo estuda adotar medidas de redução de danos para aborto ilegal, 2012), reconhecendo o Cytotec® como um método mais seguro que outros clandestinos, amplamente utilizado em abortos e de venda restrita no Brasil. No dia seguinte, o jornal publicou uma entrevista com uma fonte que explicou que, por estar vetado para venda em farmácias, o misoprostol era adquirido pelas mulheres no mercado paralelo. Nesse contexto informal, o medicamento era descrito como caro e frequentemente falsificado. Apesar dessa caracterização negativa, a fonte defendeu uma política de redução de danos que permitisse às mulheres acesso à informação e à dosagem e uso corretos do medicamento (Ideia reduz riscos para mulheres..., 2012.).

Em 2013, um novo ator social, ausente nas décadas anteriores, surgiu na trama regulatória do misoprostol: os grupos conservadores antigênero. Uma matéria de O Estado de São Paulo, publicada naquele ano, relatou que um manual produzido pelo Ministério da Saúde, orientando o uso clínico do misoprostol, teria revoltado religiosos (Cartilha com orientações revoltou religiosos, 2013). A notícia informou que, após a pressão, o governo decidiu arquivar a cartilha. Pouco tempo depois, uma matéria de O Globo abordou a atuação da bancada religiosa, mencionando um projeto de lei que buscava proibir o uso do Cytotec® (Damasceno, 2013). Uma das fontes ouvidas, um médico, afirmou ser “estapafúrdia” a ideia proposta, argumentando que o medicamento é importante em diversas situações de cuidado obstétrico e ginecológico, e não apenas em casos de aborto. A matéria era relevante por apontar, já naquele período, que a ofensiva conservadora no país estava articulada, e que a proibição do medicamento era, como continua sendo, uma de suas estratégias.

Em 2014, a Folha de São Paulo publicou duas reportagens voltadas à questão do aborto, nas quais o misoprostol foi retratado de maneiras distintas. Na primeira, intitulada “Grupo dá assistência a argentinas que querem abortar”, o Cytotec® foi apresentado como um medicamento seguro, passível de ser utilizado em casa para induzir o aborto e vendido em farmácias de maneira controlada na Argentina (Mesquita, 2014). A segunda, com o título, “Páginas da internet dão ‘passo a passo’ a mulheres que buscam aborto ilegal”, informou que circulavam na internet relatos de complicações decorrentes do uso do Cytotec®, como hemorragia, aborto incompleto e falha na interrupção da gravidez (Balogh, 2014). As duas matérias atribuem sentidos diferentes ao medicamento: em uma, fontes ouvidas atestam sua segurança e benefícios; na outra, destacam-se os riscos e as possíveis complicações.

Em 2015, foram publicadas matérias com enquadramento claramente negativo sobre o misoprostol. O Globo publicou uma reportagem sobre a venda do Cytotec® por camelôs (Roberto Junior, 2015). A matéria informava que o medicamento era proibido desde 2005, devido a seu efeito abortivo, e enfatizava o caráter de crime hediondo atribuído à sua comercialização, punida com até 15 anos de prisão. A ginecologista ouvida destacou os riscos do uso: possibilidade de aborto incompleto, má-formação fetal, hemorragias, infecções e até morte. Em nenhum momento, porém, a reportagem mencionou a segurança do método, já amplamente documentada na literatura médica. No mesmo ano, em maio,

³ Eliza Samudio era modelo e tinha um relacionamento com o goleiro Bruno Fernandes. Ela foi assassinada em 2010 e Bruno foi condenado por homicídio triplamente qualificado. Em muitas notícias sobre o caso, o misoprostol é mencionado porque em depoimento à polícia, em 2009, ela afirmou que Bruno a havia obrigado a tomar Cytotec®.

a Folha de São Paulo também publicou uma matéria com viés depreciativo em relação ao medicamento, afirmando que o Cytotec® causava medo e não era seguro na maioria dos casos (Oliveira, 2015). A reportagem relatava o caso de um médico que denunciou uma mulher que havia buscado atendimento hospitalar após tentativa de aborto (Figura 2). A matéria descrevia o Cytotec® como “remédio para úlcera usado como abortivo que pode causar a perda do útero e até a morte”.

Figura 2. Matéria publicada no jornal Folha de São Paulo (digital)



Fonte: Jornal Folha de São Paulo (digital), 21 de fevereiro (Médico chama polícia após atender jovem que fez aborto na Grande SP) (Oliveira, 2015).

Nota-se, nas matérias analisadas acima, uma cobertura predominantemente negativa do Cytotec®, que enfatiza possíveis complicações decorrentes de seu uso e silencia sobre as evidências científicas que atestam sua segurança e eficácia. Por outro lado, o Estadão publicou a matéria “Brasil tem menor taxa de complicações após aborto entre os países em desenvolvimento”, na qual o Cytotec® foi retratado como o método mais popular para indução do aborto, ainda que o medicamento tenha sido banido no Brasil

em 2005. Segundo uma das fontes ouvidas, trata-se de um abortivo eficaz, que causa menos complicações que outros métodos clandestinos (Castro, 2015).

Nos anos seguintes, observamos uma mudança no modo como o medicamento passou a ser retratado. O foco exclusivo nos perigos, na ilegalidade e nas consequências desastrosas do uso deu lugar, ainda que parcialmente, a um enquadramento menos estigmatizante. Diferentes reportagens passaram a apresentar o misoprostol como um método seguro, amplamente utilizado em países onde o aborto é legalizado. Em 2016, as menções ao misoprostol estiveram sobretudo associadas à epidemia de Zika e aos casos de malformação fetal decorrentes da infecção de gestantes pelo vírus. Uma matéria de O Estado de São Paulo, traduzida do *New York Times* e intitulada "Aborto pode explicar poucos casos de microcefalia na Colômbia", informava que, naquele país, os médicos podiam prescrever o misoprostol sem serem obrigados a denunciar o procedimento (Mcneil Jr. e Cobb, 2016). A Folha de São Paulo também cobriu o tema, indicando em uma matéria a possibilidade de compra do medicamento pela internet (Mcneil Jr. e Belluck, 2016) e, em outra, relatando a atuação de uma organização não-governamental holandesa que enviava mifepristona e misoprostol pelos correios a mulheres infectadas com o vírus Zika e que desejavam interromper a gestação diante do risco de microcefalia (ONG holandesa oferece pela internet pílulas para abortar devido ao zika, 2016).

Em 2018, a Folha publicou outras matérias sobre aborto em que o misoprostol foi retratado de forma mais positiva. A reportagem "À sombra da lei, rede de socorristas ajuda mulheres a abortarem na Argentina", destacava que, segundo a OMS, o medicamento era considerado seguro (Dau, 2018). Outra notícia informava que o órgão regulador argentino havia autorizado a produção e comercialização do misoprostol para uso ginecológico no país (Colombo, 2018). Um exemplo ilustrativo dessa mudança no enquadramento apareceu em uma reportagem da Folha, publicada em 2019, que noticiava a recomendação da Defensoria Pública para que o misoprostol fosse disponibilizado em farmácias nos casos de aborto legal no Brasil. A matéria informava que a orientação contava com o aval da OMS e já era seguida em países como a Argentina (Collucci, 2019).

Conforme ilustrado pelos exemplos acima, a vida social do misoprostol na mídia brasileira passou por transformações relevantes no período recente. A década de 2010 teve início com o aborto como uma das pautas centrais da campanha presidencial da primeira candidatura feminina com chances reais de vitória no Brasil (Mantovani, 2017). Ainda assim, esse contexto eleitoral não apareceu nas notícias analisadas neste estudo. Naquele momento, a cobertura midiática do misoprostol se baseava predominantemente em uma abordagem criminalizante. O medicamento era enquadrado ora de forma marginal - como remédio para úlcera, usado de forma ilegal para indução do aborto -, ora como substância perigosa, capaz de provocar graves consequências à saúde da mulher, incluindo malformação fetal e morte. Raras foram as matérias em que o Cytotec® foi tratado como medicamento seguro e eficaz, capaz de reduzir significativamente os riscos associados ao aborto clandestino e de oferecer uma experiência menos invasiva, com maior privacidade e autonomia para as mulheres (Berer, 2020). A partir da segunda metade da década de 2010, observamos uma inflexão nesse enquadramento. Encontramos um número maior de matérias que tratam o misoprostol como ator central nos casos de aborto legal, destacam sua recomendação pela OMS como fármaco seguro e reconhecem sua circulação em outros países, onde ele é amplamente utilizado por garantir abortos seguros e eficazes.

5. Conclusão

Nossa análise demonstra que, nos anos 1980 e 1990, quando o conhecimento científico sobre o uso do misoprostol na ginecologia e obstetrícia ainda era limitado, especialmente em relação ao aborto, o enquadramento midiático refletia essa insegurança e reproduzia

o estigma social predominante sobre o tema no Brasil. A descoberta feita por mulheres brasileiras teve sua relevância social e biomédica ignorada pela cobertura jornalística, que insistia no “mau uso” e no “uso ilegal” do Cytotec®. Tal enquadramento contribuiu para a formulação de um marco regulatório, no final dos anos 1990, que criminalizou sua circulação fora do sistema formal, com sanções severas (Guzzo, 2021; Assis e Erdman, 2021).

Ao longo das quatro décadas analisadas, a maioria das matérias tratou o medicamento de forma superficial, limitando-se a destacar seu uso no tratamento de úlceras, seu caráter abortivo e sua venda proibida. O foco principal esteve em apreensões policiais, denúncias contra mulheres por utilizarem o Cytotec® e sua comercialização ilegal. Poucas matérias abordaram o tema com profundidade ou se basearam em evidências científicas. A maioria das fontes ouvidas, inclusive a ANVISA, contribuiu para a construção de uma imagem do medicamento como arriscado e perigoso. A cobertura jornalística ajudou a (re)produzir a dupla vida do misoprostol no Brasil: um medicamento essencial, mas, ao mesmo tempo, uma substância altamente controlada e associada a graves riscos (De Zordo, 2016). Esse enquadramento persistiu, mesmo com o avanço das evidências científicas sobre o misoprostol e a segurança e eficácia do aborto medicamentoso. Passadas quase três décadas desde a primeira reportagem, publicada em 1986, a maior parte da cobertura ainda retratava o medicamento como perigoso e clandestino. Ao disseminar desinformação, os veículos contrariavam o consenso científico e contribuíam para legitimar um aparato regulatório ultrapassado, que continua a comprometer os direitos reprodutivos no país (Pazello, 2010).

A inflexão nessa tendência ocorreu apenas no final da década de 2010, quando os jornais começaram a destacar a segurança e eficácia do misoprostol. Essa nova abordagem, cuja consolidação e motivações merecem ser investigadas em estudos futuros, pode estar relacionada à mobilização feminista pela legalização do aborto no Brasil e em outros países da região, como Argentina, México e Colômbia, ao fortalecimento das redes feministas de aborto autônomo e à epidemia de Zika. Esses fenômenos reforçam a urgência de garantir formas seguras de abortamento, sua descriminalização e o reconhecimento do aborto como evento comum da vida reprodutiva - um enquadramento que, por sua responsabilidade social, a mídia brasileira deveria assumir, consolidar e amplificar.

Referências

- Abortivo comum no Brasil deforma fetos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de abril, 1991b.
- Abortivo continua à venda nas farmácias: nem proibição tira o Cytotec das prateleiras. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de julho, 1991a.
- Abortivo pode provocar malformação em crianças: remédio usado para tratar úlcera aumenta os riscos de bebê nascer com defeitos na cabeça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de junho, 1998.
- Ambulante vende clandestino no centro: Campinas tem pelo menos cinco pontos-de-venda em camelódromos dos terminais de ônibus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de agosto, 1998.
- ARILHA, Margareth; BARBOSA, Regina Maria. Cytotec in Brazil: ‘at least it doesn’t kill’. **Reproductive Health Matters**, Edimburgo, v. 1, n. 2, p. 41-52, 1993.
- ASSIS, Mariana Prandini; ERDMAN, Joanna. In the name of public health: misoprostol and the new criminalization of abortion in Brazil. **Journal of Law and the Biosciences**, Oxford, v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./jun., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/jlb/ljab009>.
- ATIENZO, Erika E.; CRUZ, Verónica; GARDUÑO, Sofia; LOMELÍ, Stephanie; MEZA, Milena; ZURBRIGGEN, Ruth; CARBONE, Sofia; WOLLUM, Alexandra. Safe abortion in Latin America: a look at abortion accompaniment collectives from the perspective of their activists. **Culture, Health & Sexuality**, Abingdon, v. 28, p. 1-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/13691058.2023.2233589>.

- BALOGH, Giovanna. Páginas da internet dão 'passo a passo' a mulheres que buscam aborto ilegal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de outubro, 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1536779-paginas-da-internet-dao-passo-a-passo-a-mulheres-que-buscam-aborto-ilegal.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BARROS, Zuleide de. Drogarias são fechadas no Guarujá. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 de julho, 1998.
- BELFRAGE, Madeleine. Revolutionary pills? Feminist abortion, pharmaceuticalization, and reproductive governance. **International Feminist Journal of Politics**, Londres, v. 25, n. 1, p. 6-29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616742.2022.2154688>.
- BELLUCK, Pam. The father of the abortion pill. **The New York Times**, Nova Iorque, 17 de janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/01/17/health/abortion-pill-inventor.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- BERER, Marge. Reconceptualizing safe abortion and abortion services in the age of abortion pills: a discussion paper. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology**, v. 63, p. 45-55, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bpobgyn.2019.08.002>.
- BIANCARELLI, Aureliano. Aborto legalizado enfrenta falta de estrutura e resistência médica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 de julho, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0407200418.htm>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BIANCARELLI, Aureliano. Negras dizem ser induzidas ao aborto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de junho, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1106200213.htm>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BIANCARELLI, Aureliano. Vergonha afasta estupro do aborto legal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 de dezembro, 1996.
- BOUER, Jairo. Medicamento previne úlcera. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de julho, 1994a.
- BOUER, Jairo. Pílula para aborto causa lesões em feto quando falha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de julho, 1994b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/11/cotidiano/19.html>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO-RE Nº 911, DE 24 DE MARÇO DE 2006. Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 27 mar. 2006. Seção 1, p. 32.
- CALKIN, Sydney. Transnational abortion pill flows and the political geography of abortion in Ireland. **Territory, Politics, Governance**, Londres, v. 9, n. 2, p. 163-179, jan., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/21622671.2019.1704854>.
- CAMARGO, Luciano. Médico diz que Unicamp faz aborto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 de junho, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/16/cotidiano/1.html>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- Cartilha com orientações revoltou religiosos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de março, 2013.
- CARVALHO, Mozart de. Droga contra úlcera provoca aborto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de dezembro, 1988.
- CASTRO, Fábio de. Número de aborto no Brasil teve redução de 26% nos últimos 20 anos, segundo estudo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de agosto, 2015. Disponível em: https://www.estadao.com.br/ciencia/brasil-teve-queda-de-26-no-numero-de-abortos-nos-ultimos-20-anos--diz-estudo/?srsltid=AfmBOoqFFvdgxUe_UxJosBWUx_XBuVGnxH3kdHcta2c3cj_EQCGgeMiO. Acesso em: 18 ago. 2025.
- CIPOLA, Ari. R. é estupro pelo cunhado e aborta: Adolescente disse que foi mais difícil arrumar os R\$ 50 do que achar o remédio em farmácia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 de outubro, 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff041006.htm>. Acesso em: 20 ago. 2025.

- COLLUCCI, Cláudia. Abortivo falso deixa mulheres em risco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de maio, 2005a. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2905200519.htm> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- COLLUCCI, Cláudia. Complicações do aborto inseguro custam US\$ 10 mil ao ano ao país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 de março, 2005b. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0703200501.htm> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- COLLUCCI, Cláudia. Defensoria recomenda venda de remédio abortivo em farmácia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de março, 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/defensoria-defende-venda-de-remedio-abortivo-em-farmacia.shtml> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- COLOMBO, Sylvia. Governo argentino ganha autorização para produzir medicamento abortivo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 de agosto, 2018.
- Congresso de gastro: as inscrições. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 de setembro, 1986.
- COSTA, Sara H.; VESSEY, Martin P. Misoprostol and illegal abortion in Rio de Janeiro, Brazil. **Lancet**, Londres, v. 341, n. 8855, p. 1258-1261, 1993.
- Cytotec pode ser retirado do mercado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de dezembro, 1992.
- Cytotec terá venda vigiada nas farmácias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 de julho, 1991.
- DAMASCENO, Natanael. Fundamentalismo religioso ocupa a pauta da Alerj. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de abril, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/fundamentalismo-religioso-ocupa-pauta-da-alerj-8158354>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- DAU, Erick. À sombra da lei, rede de socorristas ajuda mulheres a abortarem na Argentina. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 de agosto, 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/a-sombra-da-lei-rede-de-socorristas-ajuda-mulheres-a-abortarem-na-argentina.shtml> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- DE ZORDO, Silvia. The biomedicalisation of illegal abortion: the double life of misoprostol in Brazil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 19-35, jan./mar., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000100003>.
- DINIZ, Débora; CASTRO, Rosana. O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 94-102, 2011.
- DRABO, Seydou. A Pill in the Lifeworld of Women in Burkina Faso: Can Misoprostol Reframe the Meaning of Abortion. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basel, v. 16, n. 22, p. 1-13, nov., 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph16224425>.
- DREAPER, Jane. Mulheres usam a internet para fazer abortos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de julho, 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/bbc/2008/07/421327-mulheres-usam-a-internet-para-fazer-abortos.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- DUARTE, Nanda Isele Gallas; MORAES, Lorena Lima de; ANDRADE, Cristiane Batista. A experiência do aborto na rede: análise de itinerários abortivos compartilhados em uma comunidade online. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3337-3346, out., 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.14062018>.
- Ideia reduz riscos para mulheres, diz feminista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 de junho, 2012.
- EUA aprovam droga antiúlcera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 de dezembro, 1988.
- FORMENTI, Lígia. Mais segura e menos invasiva. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 de setembro, 2000.
- GALVÃO, Arnaldo. Proibida a produção e venda de Cytotec: Vigilância sanitária suspeita de fraude na venda do produto, que pode provocar aborto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 de julho, 1998.

- GOIS, Antônio. Nº de abortos ilegais cai 28% em 13 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 de setembro, 2006. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff2209200621.htm> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- Governo estuda adotar medidas de redução de danos para aborto ilegal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 de junho, 2012. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/47248-governo-estuda-adotar-medidas-de-reducao-de-danos-para-aborto-ilegal.shtml> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- GUZZO, Morgani. Brasil: As regras que puseram o misoprostol “na cadeia”. **Portal Catarinas**, Florianópolis, 15 de setembro, 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/as-regras-que-puseram-o-misoprostol-na-cadeia/>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- IRONS, Rebecca. Post-coital pharmaceuticals and abortion ambiguity: Avoiding unwanted pregnancy using emergency contraception and misoprostol in Lima, Peru. *In*: GAMLIN, ennie; GIBBON, Sahra; SESIA, Paola M.; BERRIO, Lina. **Critical Medical Anthropology: Perspectives in and from Latin America**. Londres: UCL Press, 2020, p. 90-115.
- JUNQUEIRA, Juliana. Estudo confirma que Cytotec causa doença em bebê: pesquisa relaciona uso do remédio em tentativa de aborto com aparecimento da síndrome de Moebius. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de junho, 1998.
- KOLATA, Gina. EUA têm droga contra úlcera que induz aborto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de outubro, 1988.
- KRITSCH, Rebeca. Cresce consumo de remédio abortivo: medicamento contra úlceras e com efeito abortivo é vendido livremente em farmácias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de julho, 1990.
- LARANJO, Herbert. Álcool e úlcera, agora dúvida. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de setembro, 1986a.
- LARANJO, Herbert. Sem festa, termina o maior congresso médico do Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de setembro, 1986b.
- MACDONALD, Margaret E. Misoprostol: The Social Life of a Life-saving Drug in Global Maternal Health. **Science, Technology & Human Values**, v. 46, n. 2, p. 376-401, 2020. DOI: <https://doi.org/doi.org/10.1177/0162243920916781>.
- Maioria das brasileiras que abortam são católicas, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 de maio, 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/05/397652-maioria-das-brasileiras-que-abortam-sao-catolicas-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- MANTOVANI, Denise. **Mídia e eleições no Brasil**. Disputas e convergências na construção do discurso político. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- Mau uso de medicamento faz Anvisa tirar ofertas do ar. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 de março, 2006. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/mau-uso-de-medicamento-faz-anvisa-tirar-ofertas-do-ar/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- Mcneil JR., Donald G.; BELLUCK, Pam. Zika faz com que encomendas de pílula abortiva dobrem no Brasil, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 de junho, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/06/1784576-zika-faz-com-que-encomendas-de-pilula-abortiva-dobrem-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- Mecneil JR., Donald G.; COBB, Julia Symmes. Aborto pode explicar poucos casos de microcefalia na Colômbia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 de novembro, 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/aborto-pode-explicar-por-que-a-colombia-registrou-poucos-casos-de-microcefalia/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- MESQUITA, Lígia. Grupo dá assistência a argentinas que querem abortar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 de março, 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/03/1429309-grupo-da-assistencia-a-argentinas-que-querem-abortar.shtml> >. Acesso em: 18 ago. 2025.

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **20 anos de pesquisa sobre aborto no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
- NATIONS, Marilyn K.; MISAGO, Chizuru; FONSECA, Walter; CORREIA, Luciana L.; CAMPBELL, Oona M. Women's hidden transcripts about abortion in Brazil. **Social Science and Medicine**, Rockville Pike, v. 44, n. 12, p. 1833-1845, jun., 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/s0277-9536\(96\)00293-6](https://doi.org/10.1016/s0277-9536(96)00293-6).
- OLIVEIRA, João Naves de. Remédio abortivo vendido no Paraguai causa problemas em MS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de novembro, 2008. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/remedio-abortivo-vendido-no-paraguai-causa-problemas-em-ms/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- OLIVEIRA, Marcelo. Quadrilha vende remédio do SUS em São Paulo: Donos de farmácia na grande SP foram presos; medicamento era "maquiado" com embalagem falsificada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de julho, 1998.
- OLIVEIRA, Monique. Médico chama polícia após atender jovem que fez aborto na Grande SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de fevereiro, 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1592839-medico-chama-policia-apos-atender-jovem-que-fez-aborto-na-grande-sp.shtml?cmpid=%22facefolha%22> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- OLIVEIRA Thayane Lopes. **Da revolução da medicina a vilão social: O caso do misoprostol no Brasil, 1986 a 1998**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2023.
- ONG holandesa oferece pela internet pílulas para abortar devido ao zika. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 de fevereiro, 2016. Disponível em: < <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1736228-ong-holandesa-oferece-pela-internet-pilulas-para-abortar-devido-ao-zika.shtml> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- Operação tira do ar sites que anunciavam venda de remédio abortivo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 de março, 2006. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u119730.shtml> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- Pílula do aborto pode ser usada em até sete semanas de gravidez. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de novembro, 2000. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u1179.shtml> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- Prêmios Nobel no Congresso Mundial de Gastro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de julho, 1986.
- Quadrilha de falsificadores de remédios é descoberta em São Paulo: no Rio, distribuidora de reagentes é lacrada por fiscais da vigilância sanitária. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de julho, 1998.
- Remédio contra úlcera usado para aborto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de maio, 1991b.
- Remédio de úlcera é abortivo. **Jornal Ciência Hoje**, n. 228, p. 9, 26 de abril, 1991a.
- PAZELLO, Magaly. Internet, restrição de informações e acesso ao misoprostol. In: ARILHA, Maragareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn; Ministério da Saúde; Comissão de Cidadania e Reprodução; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. **Aborto medicamentoso no Brasil**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 81-119.
- ROBERTO JUNIOR, Paulo. De uso proibido no Brasil, abortivo é encontrado com facilidade em camelôs do Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 de março, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/de-uso-proibido-no-brasil-abortivo-encontrado-com-facilidade-em-camelos-do-centro-15495646>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- RONDINELLI, Paula. Alimentação. Para evitar câncer. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de setembro, 1986.

- SCHEINBERG, Gabriela. Droga é principal forma de aborto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 de novembro, 1999. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1511199903.htm> >. Acesso em: 18 ago. 2025.
- Secretaria restringe venda de Cytotec. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de setembro, 1992.
- SINGH, Susheela; MADDOW-ZIMET, Isaac. Facility-based treatment for medical complications resulting from unsafe pregnancy termination in the developing world, 2012: a review of evidence from 26 countries. **BJOG : an international journal of obstetrics and gynaecology**, v. 123, n. 9, p. 1489-1498, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0528.13552>.
- SOLHEIM, Ingrid; Moland, K.M.; Kahabuka, C.; Pembe, A.B.; Blystad, A. Beyond the law: Misoprostol and medical abortion in Dar es Salaam, Tanzania. **Social Science & Medicine**, v. 245, p. 1-9, e112676, nov., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112676>.
- STEVENS, William K. EUA põem à venda droga que impede a úlcera. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de dezembro, 1988.
- Van DeR GEEST, Sjaak; WHYTE, Susan Reynolds; HARDON, Anita. The anthropology of pharmaceuticals: A biographical approach. **Annual Review of Anthropology**, San Mateo, v. 25, p 153-78, 1996.
- WALSH, Aisling. Feminist Networks Facilitating Access to Misoprostol in Mesoamerica. **Feminist Review**, Londres, v. 124, n. 1, p. 175-82, mar., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0141778919888070>.